

# Descrever o Passado para Prever o Futuro: sobre os usos da história no jornalismo para o delineamento de prognósticos

Eliza Bachega Casadei<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e professora da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Ciências da Comunicação e bacharel em jornalismo pela ECA-USP. Email: elizacasadei@yahoo.com.br.

## Resumo:

Uma vez que o uso de dados históricos funciona como articulador de sentidos nas narrativas jornalísticas, o presente artigo se propõe a estudar os casos em que as construções discursivas do futuro se estruturam a partir da evocação de dados do passado. É possível entrever como as imagens do futuro construídas nas reportagens a partir do decorrido se relacionam com um tipo específico de concepção da história e como esta se articula, para o jornalismo, como um repositório de exemplos inscrito em um continuum temporal e se fixa como a instância julgadora capaz de medir consequências e antecipar o porvir.

**Palavras-chave:** História; Memória Coletiva; Jornalismo; Futuro; Narrativa; Julgamento.

## Abstract:

Once the use of historical data serves as an articulator of senses in journalistic narratives, this article proposes to study the cases in which the discursive constructions of the future are structured from the evocation of the past. It is possible to discern how images of the future built on stories parting from the past is related to a specific conception of history and how this history is seen, by journalism, as a repository of examples enrolled in a temporal continuum and fixed as a judging instance able to measure and anticipate the future consequences.

**Keywords:** History; Collective Memory; Journalism; Future; Narrative; Judgment.

Ao discorrer sobre o trabalho do historiador, Fernand Braudel (1992: 330-331) costumava dizer, ironicamente, que esse ofício era capaz de despertar um tipo de inveja nos outros profissionais da palavra, posta a relação que a sua atividade estabelece com o tempo. Para ele, os historiadores podem ser invejados porque são autorizados a recorrer a duas maneiras de escapar ao tempo presente: uma está no refúgio ao passado e a outra no evadir-se para o futuro. De fato, foi “o que fizemos, nós, historiadores, bem antes que nascesse a moda da *perspectiva*, também dita *futureologia*. Nada mais cômodo, na verdade, para julgar o tempo presente” (BRAUDEL, 1992: 331).

Ora, enquanto uma atividade que se estabelece justamente em torno de um julgamento do tempo presente, o jornalismo recorre, muitas vezes, enquanto técnica argumentativa, ao uso da história como forma de alinhar futuros possíveis – que, circularmente, por sua vez, tem como efeito uma delimitação discursiva bastante precisa acerca do presente descrito.

O objetivo do presente artigo é, justamente, discutir as intersecções narrativas que são postas, pelos jornalistas, entre os dados da história e as informações do presente no alinhamento de perspectivas e prognósticos do tema tratado na tessitura da reportagem. Em outros termos, investigaremos as construções discursivas do futuro no jornalismo a partir do uso de dados do passado para a discussão do presente. A partir da análise de textos publicados nas revistas informativas semanais brasileiras, é possível entrever como a argumentação direcionada ao futuro se relaciona com um tipo específico de concepção da história e de imaginário histórico. Nos termos aqui expostos, o passado se articula, para o jornalismo, como um repositório de exemplos inscrito em um *continuum* temporal e a história se fixa como a instância julgadora capaz de medir conseqüências e antecipar o porvir.

### Os múltiplos tempos da notícia

Desde o início do jornalismo, seu conteúdo foi construído não somente como uma orientação para o imediato, como também, a partir da busca de pistas no desenrolar dos eventos do presente, uma busca por algumas pistas para o futuro. Para Franciscato (2005: 108-109), o surgimento da imprensa periódica constrói novos sentidos para a marcação da temporalidade do presente, na medida em que cria um elo entre o início de cada novo dia e os eventos que aconteceram no dia anterior. Assim, “essa característica do jornalismo cria no leitor a sensação de possuir em suas mãos, em cada manhã, o jornal trazendo um quadro satisfatório de relatos sobre como os eventos se encerraram no dia anterior, o que lhe possibilitaria projetar um cenário das coisas que irão ocorrer no novo dia”. Esse jogo de projeções acompanha toda a produção noticiosa, de forma que, como coloca Noblat (2004: 114), “o sonho de todo mundo é ler hoje o jornal de amanhã”.

Partindo da noção de que as notícias participam de um processo de aceleração do tempo, também Virilio (1996: 46) contesta a afirmação aparentemente banal de que “a informação é praticamente a única mercadoria que não vale mais nada depois de 24 horas”. Isso porque, para o autor, durante quase todo o século XIX e XX os jornais se preocuparam

menos em produzir informações do que em antecipá-las, como se os fatos pudessem ser capturados “em movimento”. E, nesse processo, “os jornalistas e publicitários se entregaram ao perigoso jogo dos prognósticos”. O autor chama a atenção para o fato de que a *precipitação* e a *aposta em prognósticos* são mesmo valores enredados nas estruturas da produção noticiosa.

John Huxford (2004: 31) chega a afirmar que “a popular visão das notícias como crônicas de eventos que aconteceram nas últimas 24 horas talvez ignorem o aspecto mais significativo de seu processamento. Em grande parte, a importância das notícias está na maneira como o jornalismo se posiciona na interface entre o passado e o futuro, de onde ele traça as implicações das ocorrências”, preenchendo, dessa forma, o que acontecerá depois no evento noticiado.

Nesse sentido, o autor pontua que a notícia de um derramamento de resíduos tóxicos em um lago, por exemplo, não teria qualquer significado sem a descrição dos cenários futuros que podem acompanhar esse acontecimento a partir do levantamento das possíveis consequências do ato (como a contaminação dos humanos que beberem aquela água ou a possível destruição da fauna e da flora do lugar). Mais do que a mera descrição dos fatos, portanto, o jornalismo guardaria uma dimensão a partir da qual ele se entrega a fórmulas de especulação sobre o futuro, uma vez que essa projeção é um componente não desprezível do sentido que será dado a um acontecimento relatado.

É nessa dimensão que toma a temporalidade da imprensa como a construção de uma série de tempos sociais que se interpõem, que Marcondes Filho afirma que (2000: 67) o jornalismo não age só no plano imediato. “A soma de todos os imediatos diários constrói um contínuo sedimentado na extensão do tempo. Se a essência da técnica é algo de natureza não técnica, a essência do instantâneo é algo, necessariamente, de natureza não-passageira” (MARCONDES FILHO, 2000: 67).

A construção social de sentidos envolta no jornalismo, portanto, está além de uma mera descrição do tempo presente, mas diz respeito a uma expansão em direção ao passado e ao futuro, de forma que os prognósticos imprimem determinados direcionamentos de sentido para um evento.

Se essas questões podem ser ditas a respeito do jornalismo como um todo, a noção da atualidade e do prognóstico como elementos formativos e de legitimidade da produção noticiosa ganha algumas tonalidades específicas quando lidamos com o jornalismo de revista. E isso porque estamos diante de uma prática midiática que se define, justamente, por seu caráter *interpretativo*, que se relaciona de uma maneira mais aprofundada com as múltiplas temporalidades envolvidas na produção noticiosa.

Alguns autores colocam esse direcionamento para o futuro (prognósticos) e para o passado (origens e antecedentes) no interior da própria definição do conceito de jornalismo interpretativo. Para Luiz Beltrão, por exemplo, o jornalismo interpretativo tem a função de ampliar a informação dada pela notícia, de forma que “o imperativo do público”, nesse caso,

“concentra-se então na *vontade de conhecer a gênese da notícia e, igualmente, o prognóstico sobre seus efeitos...* A realidade não estará apresentada plenamente se não *conjuga o pretérito com o porvir*”. Na reportagem interpretativa “é necessário esquadrihar sua entranha, procurando seus antecedentes melhores, e projetar numa visão futura, formulando um prognóstico atilado, sóbrio e inteligente, para não cair em demasia subjetivas” (BELTRÃO, 1976: 51).

Na imprensa interpretativa é sempre esperado que o sentido do evento relatado seja construído através de uma amplificação do fato para o passado e para o futuro, de forma que sejam mostrados antecedentes, origens e analogias, bem como consequências e desdobramentos. É por esse motivo que Antunes e Vaz colocam que a atualidade no jornalismo de revista não está tanto ligada a irrupções de acontecimentos, mas sim, a tramas “que se precipitam sobre o universo midiático, articuladas como uma ‘malha’ de pequenas e (quase) invisíveis narrativas que irrigam a vida social” (ANTUNES e VAZ, 2006: 52). A semantização do evento, dentro dessa perspectiva, está sempre sujeito a esse direcionamento temporal estendido.

É a partir disso que podemos constatar que a construção temporal envolvida no jornalismo não se articula tanto à atualidade em si, mas sim, a um presente da ação social, como sublinha Franciscato (2003: 285). E isso significa assumir, de uma maneira ampla, que o presente é uma construção social, de forma que os conteúdos compartilhados pelo jornalismo dizem respeito a uma experiência temporal discursiva relacionada a “um sentido partilhado socialmente resultante da atuação de atores sociais no ambiente - uma construção, por indivíduos e instituições, de concepções e produtos simbólicos ou de estruturas carregados de uma temporalidade do presente” (FRANCISCATO, 2003: 285).

Esse *presente social* deve ser entendido, portanto, como “um tempo de referência da ação coletiva”, de forma que o jornalismo, ao rodear a sociedade de um presente social contínuo, oferece um tipo de conteúdo que é “bastante novo para que nos impressione e bastante velho para que possamos conhecê-lo e comentá-lo” (GOMIS *apud* FRANCISCATO, 2003: 336).

Isso posto, é possível notar que, nas revistas semanais, são vastos os exemplos de reportagens que usam a história como forma de alinhar prognósticos. Em uma reportagem sobre a escolha de José Sarney como vice na candidatura de Tancredo Neves, por exemplo, *Veja* faz a seguinte asserção:

A Constituição brasileira reserva ao vice-presidente da República uma única missão: substituir o presidente em caso de vacância do cargo. Se o governo Tancredo Neves ganhar a eleição, ele tomará posse em março do próximo ano com 75 anos completos. Não apenas será o mais velho dos presidentes eleitos, como chegará ao governo com uma idade superior a de todos os seus antecessores, mesmo ao fim do mandato. Tancredo Neves ironiza todas as considerações em torno de sua idade (...). Mesmo assim, seu vice-presidente, o senador José Sarney, vinte anos mais moço, terá uma alta

probabilidade estatística de assumir o cargo.

Cinco presidentes da República foram eleitos com idade superior a 65 anos: Hermes da Fonseca, Rodrigo Alves, Getúlio Vargas, Arthur da Costa e Silva e Ernesto Geisel. De todos, só Hermes da Fonseca e Ernesto Geisel chegaram ao fim de seus mandatos. Rodrigo Alves nem sequer tomou posse, vitimado pela gripe espanhola. Só dois presidentes completaram 70 anos no poder: Geisel e Getúlio (VEJA, 08/09/1984).

Ao comparar a idade avançada de Tancredo com os casos de outros presidentes, a narrativa da reportagem não só alinhava um prognóstico para o futuro (a possibilidade de o presidente permanecer pouco tempo no cargo), como também engendra uma argumentação bastante específica acerca do tempo presente (o questionamento da escolha de Sarney como vice).

Também a reportagem “Cresce a solidão do presidente”, publicada na edição de 05 de Abril de 2006, segue essa estrutura. Escrita logo após a queda de Antônio Palocci do governo, em um contexto em que vários políticos aliados do presidente Lula haviam sido afastados depois do escândalo do Mensalão, o texto diz que o presidente Lula havia perdido a última referência de solidez de seu governo. A solidão política do presidente é comparada, então, a outros casos similares na História do país:

Na História brasileira não são incomuns os presidentes que acabaram presas de uma solidão profunda. Getúlio Vargas, apesar de ainda contar com aliados de peso e de respeito, sentiu-se tão só a ponto de disparar um tiro no peito, em 1954. Jânio Quadros é outro que, ao assumir, rompeu com o próprio partido e, num lance radical de populismo que não deu certo, renunciou ao cargo em 1961. Na história mais recente, Fernando Collor, às vésperas do seu impeachment, chegou aos extremos de isolamento em palácio. Contava apenas com alguns amigos, e nada mais. O caso de Lula, no entanto, tem características especiais. Sua solidão parece mais aguda porque não perdeu somente auxiliares de extrema importância. Perdeu companheiros de vida (VEJA, 05/04/2006).

As consequências supostas por *Veja* que adviriam da solidão do presidente Lula são claramente expostas a partir das analogias históricas que ela emprega. Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor, todos eles políticos controversos na História do país, embora tenham pouco em comum, são interligados na narrativa da reportagem pelo fato de que os três também se sentiram politicamente sós e trouxeram tristes consequências para a política brasileira. Uma previsão acerca do fim do governo Lula, portanto, é posta como uma consequência da roda da História.

Os exemplos poderiam ser multiplicados nesse sentido, mas é importante pensarmos como esse uso do futuro na produção noticiosa não pode ser dissociado de um tipo bastante específico de imaginação histórica, tal como posto por Koselleck (2006), que deixa entrever contornos mais amplos na relação que uma sociedade estabelece com o seu passado.

### Imaginação histórica e urdidura do futuro

O passado sempre foi um poderoso articulador de sentidos, ligado a uma construção do tempo e a uma remissão ao comum de uma dada sociedade. Uma vez que “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que seja apenas para rejeitá-lo”, o passado se torna um componente permanente da consciência humana e uma dimensão não desprezível da instituição de valores e outros padrões sociais (HOBSBAWM, 2005: 22).

A história, dentro dessa perspectiva, é uma fonte importante de informações estruturantes que funcionam como narrativas que são incessantemente repetidas dentro de novos eventos. O passado funciona como uma espécie de conjunto de inventários de discursos e, como coloca Hobsbawm (2005), mesmo para sociedades nas quais o decorrido é visto como dessemelhante ao atual, ele ainda serve como uma fonte de justificação para determinadas imagens de mundo.

Reinhart Koselleck (2006) – a partir do estudo de textos nos quais a experiência temporal se manifesta à superfície da linguagem e reportam a relação entre um determinado passado e um determinado futuro - atesta a emergência de um sentido de passado (e, por conseguinte, de expectativas de futuro) original a partir do advento da Modernidade. Para ele, até o século XVIII era bastante comum que a História fosse vista como a somatória de diversos eventos que, em conjunto, forneciam a noção de uma história múltipla, com suas narrativas particulares e seus sentidos próprios. A partir desse período, no entanto, fica cada vez mais em voga o uso da História como a ideia de um processo que abraça essas diversas histórias em um único singular coletivo.

O autor propõe que “se as histórias (no plural) guardavam a sabedoria acumulada pelos exemplos do passado para servir de guia à conduta presente, evitando a repetição dos erros e estimulando a reprodução do sucesso”, a História como um singular coletivo “tornou-se uma dimensão inescapável do próprio devir, obrigando toda ação social a assumir horizontes de expectativa futura que a inscrevam como um desdobramento consoante com o processo temporal” (JASMIN, 2006: 11).

Se é a determinação da distinção entre experiência e expectativa que marca de forma mais contundente o que pode ser conceitualizado como “tempo histórico”, é justamente a mudança nessa esfera da vivência da temporalidade que marca a alteração na relação entre passado e futuro também na sequência das gerações históricas. Se os antigos costumavam experimentar o tempo como a afirmação de um “sempre o mesmo”, a novidade erguida pela Modernidade é justamente o advento de um futuro cada vez mais desafiador, que altera a relação imediata com as experiências e as tradições consagradas pela História.

Muito embora isso possa ser atestado a partir de diversas expressões semântico-linguísticas, um dos exemplos mais expressivos desse deslocamento, para Koselleck, está nas sucessivas reterritorializações do velho *topos* ciceriano de que a História é mestra da vida

(*Historia Magistra Vitae*). Isso porque o valor semântico dessa fórmula teria variado consideravelmente ao longo do tempo, ainda que tenha conservado uma mesma forma verbal. Ao longo do tempo, ela recebeu tanto significações relacionadas à procura de regras históricas gerais quanto à rejeição de quaisquer generalizações.

A formulação original de Cícero remete ao aproveitamento perene do conteúdo da experiência adquirida e, no contexto da oratória, a um inventário de exemplos que confere imortalidade à História. “Assim, a História seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos” (KOSELLECK, 2006: 42).

Embora tenha se ligado à figura de Cícero e, posteriormente, incorporada por diversos outros autores como Tito Lívio e Tácito, os contornos gerais dessa fórmula são anteriores e já Tucídides (1987) afirmava que: “será suficiente para mim (...) se essas minhas palavras forem julgadas úteis para entender claramente os eventos que aconteceram no passado e que (a natureza humana sendo o que é) irão, em algum momento ou outro, da mesma forma, se repetir no futuro”.

Muito embora essa fórmula tenha perdido força durante a experiência histórica cristã, na medida em que a autoridade da Bíblia deveria suprimir os exemplos da História pagã, muitos apologetas do cristianismo ainda faziam referência a esse *topos*. Mesmo que relegada a um segundo plano em relação às histórias que eram legitimadas por seu conteúdo religioso, a parte profana da experiência humana ganhava ainda ressonância em pensadores como Beda (672-735) e Melancton (1497-1560). Assim, para esses autores, a concepção de história herdada da Antiguidade permanece presente, só que, dessa vez, associada a uma experiência histórica cristã, baseada fortemente nas profecias e nas ideias de salvação eterna. Não obstante isso, o *topos* ciceriano continua presente, na medida em que ainda permanece a noção de que é possível delinear linhas de ação para o futuro a partir do passado.

Com Maquiavel, essa orientação novamente esvazia seu aspecto teológico e, como em Cícero, se rearticula para objetivos políticos e práticos. Trata-se mesmo de uma visão de História como *exempla* que encontrará ecos em diversas concepções de História durante o Renascimento. A forma como Maquiavel constrói sua engenharia do poder é amplamente baseada em exemplos de políticos de antigamente, adotando, portanto, uma concepção cíclica da História. Para ele, os fenômenos ressurgem, permitindo que seja feita uma espécie de previsão do futuro, baseada no comportamento dos grandes líderes de sucesso. Assim, Maquiavel escreve no capítulo VI de *O Príncipe* que “os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita muita coisa” (MAQUIAVEL, 1996: 51).

Para Maquiavel, as vontades e as paixões humanas, assim como as forças da

natureza, não têm história sendo, por isso, atemporalmente válidas. De forma complementar, seu pensamento também toma o caráter do homem como o grande elemento explicativo da História, modelo pelo qual se poderia chegar ao seu conhecimento elementar e elaborar, dessa forma, os moldes para a previsão e para a ação política. Resumindo, sua filosofia da História e as questões modelares de sua engenharia do poder estão em dependência direta com a sua exposição da natureza humana e, da mesma forma, só encontram coerência se admitirem, em termos do que define o homem, que o presente foi tal como o passado.

De fato, a formulação inicial da *Historia Magistra Vitae* encontra diversos ecos até o século XVIII a partir de uma variada gama de formulações. Poderíamos citar, por exemplo, a definição de labor histórico de Johannis Kahl, para quem o historiador deveria narrar as coisas que sirvam de exemplos para os agentes. Segundo esse autor: “mas as coisas realizadas desde o começo do mundo, o bom e grande Deus quis que fossem descritas para mais tarde, pelos exemplos de todos os séculos, apresentar aos olhos dos novos a forma segundo a qual pudéssemos deliberar sobre a feliz recuperação da decadente República” (KAHL *apud* KOSELLECK, 2006: 331, nota 16).

A expressão ganha, ainda, certa ornamentação barroca na formulação da enciclopédia de J. H. Alsted, para quem: “a História é o teatro da totalidade das coisas, o espelho do tempo, o tesouro da demonstração, o olho da sabedoria, e espelho da vida, ignorância e estultice, o princípio da prudência, o guarda e arauto das virtudes, a tese da malícia e da improbidade, o vale da verdade, a metrópole da sabedoria e um tesouro para toda a posteridade” (J. H. ALSTED *apud* KOSELLECK, 2006: 331, nota 17). Frederico, o Grande, chega a escrever em suas memórias que “no palco do mundo é encenada sempre a mesma comédia ou a mesma tragédia, o que muda são apenas os personagens” (*apud* KOSELLECK, 2006: 332, nota 24).

Embora houvesse, durante esse período, alguns opositores a essa fórmula, de uma maneira geral, a validade do *topos* era atestada por um mesmo solo de premissas envolvendo diversos pensadores a respeito dessa questão. Todos eles remetiam a uma compreensão de que as possibilidades humanas estavam contidas em um *continuum* histórico de validade geral. Isso quer dizer que os pressupostos para esse aperfeiçoamento moral e intelectual que a história ofereceria eram compreendidos como praticamente os mesmos durante todo o período. Os acontecimentos simplesmente não eram entendidos como inéditos, na medida em que eles não possuíam força suficiente para apagar ou suplantar os eventos que se repetem de forma sempre igual.

Como expressão da mudança nessa linha mestra que regia a interpretação do *topos* da História como mestra da vida – fruto de um movimento que reorganiza a própria relação entre passado e futuro –, Koselleck chama a atenção para a observação de Tocqueville, quando este diz que, apesar de os rumos da revolução que ele descreve não estarem encerrados, a nova situação não se parece com qualquer outro evento que ele tenha testemunhado: “eu percorro os séculos até a mais remota Antiguidade, mas eu não encontro



paralelos com nada que pareça ao que está acontecendo diante dos meus olhos: como o passado deixou de lançar luzes ao futuro, a mente do homem vagueia na obscuridade” (TOCQUEVILLE, 1863: 408).

A partir de constatações como essa, o *topos* em questão se esvazia até a sua desfiguração em direção a diferentes sentidos que mostram outras relações com o tempo. Uma das expressões mais significativas desse movimento está na fórmula de Droysen segundo a qual a História só pode conhecer a si própria. Em outras palavras, isso significa que “acima das histórias está a história, como resumiu posteriormente Droysen esse processo” que transforma a História em um singular coletivo (KOSELLECK, 2006: 49).

A partir da emergência da filosofia da História que a compreendia singularmente como um todo unitário, há uma quebra na correspondência imediata entre passado e futuro tal como ela poderia ser concebida pela expressão ciceriana, em direção a outros alinhamentos entre essas temporalidades. Uma vez que a história como um todo é transformada em um evento único e singular do gênero humano, a relação entre a experiência e a expectativa, portanto, se articulará, a partir daí, de uma forma inteiramente outra, pois:

a perfídia da razão impede que o homem aprenda diretamente a partir da História, impelindo-o ao seu destino de forma indireta. Trata-se aqui da consequência progressiva que nos leva de Lessing a Hegel. ‘O que a experiência e a história nos ensinam é que os povos e os governos jamais aprenderam algo a partir da história, assim como jamais agiram segundo ensinamentos que dela fossem extraídos’. Ou, então, nas palavras de um experiente contemporâneo de Hegel, o abade Rupert Kornmann: ‘é destino dos Estados, assim como do homem, tornar-se sábio apenas quando já passou a oportunidade de sê-lo’ (KOSELLECK, 2006: 55).

À medida que as ideias de futuro e de processo tornam o passado dessemelhante ao presente, há o engendramento de um mecanismo de rearticulação do velho *topos*: a função da História deixa de estar ligada ao objetivo de instruir e se religa à pretensão de julgar. A História deixa de ser somente um inventário de exemplos, para funcionar como um campo de conhecimento para a situação presente a partir de parâmetros completamente novos, uma vez que a temporalidade se articula como *continuum*.

Como diz Paul Ricoeur (2007: 315), “aplicado doravante à história enquanto tal, o conceito de experiência, qualificado pela modernidade, recobre as três instâncias do tempo”, de forma que vincula o passado advindo, o futuro que se espera e o presente como o tempo vivido. “O que é declarado moderno por excelência, é esse caráter onitemporal da história”. Além disso, também como uma particularidade moderna, a história se reveste de uma significação antropológica inteiramente nova: “a história é a história da humanidade e, nesse sentido, história mundial dos povos. A humanidade se torna simultaneamente o objeto total e o objeto único da história, ao mesmo tempo em que a história se faz coletivo singular” (RICOEUR, 2007: 315).

Isso muda de uma forma marcante a maneira pela qual o passado era ligado ao futuro. A qualidade da mudança na percepção temporal ocorrida entre 1500 e 1800 – ou melhor, as mudanças dos padrões de entendimento em que variação e aceleração históricas puderam ser sentidas – pode ser descrita tomando-se como marcos inicial e final, respectivamente, as ideias de Lutero e de Robespierre.

Lutero interpretava a aceleração do tempo como um prenúncio de que a data do Juízo final estaria próxima. Ao verificar que “Deus, por amor aos escolhidos, abreviaria os últimos dias ‘pois o mundo se apressava nessa direção (...) porque ao longo dessa década foi quase um novo século’” (KOSELLECK, 2006: 25), ele estava se referindo a compressão do tempo como prenúncio dos dias do Apocalipse. O passado e o presente eram sentidos como tempos iguais, na medida em que ambos significavam um prenúncio do fim dos tempos.

Trezentos anos a frente, Robespierre parece ter uma sensibilidade temporal inteiramente outra quando, no Discurso de 10 de Maio de 1793, declara que “é chegada a hora de conclamar cada um para seu verdadeiro destino. O progresso da razão humana preparou essa grande Revolução, e vós sois aqueles sobre os quais recai o especial dever de acelerá-la” (*apud* KOSELLECK, 2006: 25).

Isso porque “a providencial fraseologia de Robespierre não é capaz de dissimular que o horizonte de expectativa alterou-se em relação à situação inicial. Para Lutero, a abreviação do tempo é um sinal visível da vontade divina de permitir que sobrevenha o Juízo Final, o fim do mundo”. Ao contrário, “para Robespierre, a aceleração do tempo é uma tarefa do homem, que deverá introduzir os tempos da liberdade e da felicidade, o futuro dourado. Ambas as posições, assim como o fato de que a Revolução derivou da Reforma, marcam o início e o fim do período de tempo aqui articulado” (KOSELLECK, 2006: 25).

O que muda entre um período e outro diz respeito às expectativas futuras. No primeiro momento, o futuro era indissociavelmente um elemento constitutivo da Igreja e dizia respeito sempre a um possível fim dos tempos. Nesse sentido, o futuro era posto em suspensão, na medida em que permitia que a história da Igreja fosse identificada à história da Salvação. No período subsequente, a ideia de futuro é essencialmente diferente, uma vez que essa passa a ser integrada ao tempo. Aqui, é o Estado que se apropria do monopólio da manipulação do futuro e a noção de prognóstico substitui a ideia de profecia. “O prognóstico produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta, ao passo que a profecia apocalíptica destrói o tempo, de cujo fim ela se alimenta” (KOSELLECK, 2006: 32).

A ideia de processo engendrada pelos filósofos dos séculos XVIII e XIX nada mais é do que um desenvolvimento dessa noção na medida em que “foi só com o advento da filosofia da história que uma incipiente modernidade desligou-se de seu próprio passado, inaugurando, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade”. Isso significa que ela estava embebida em um espírito que misturava política e profecia uma vez que “imiscuiu-se na filosofia do progresso uma mistura entre prognósticos racionais e previsões de caráter salvacionista, própria do século XVIII” (KOSELLECK, 2006: 35-36). É a partir da

noção de prognóstico, portanto, que se pode pensar em uma característica própria da modernidade, na medida em que esse conceito é capaz de inscrever o passado no futuro.

É a partir desse novo entendimento acerca do que o passado pode dizer acerca do comum, do presente e do futuro que podemos entender a forma como o jornalismo constrói narrativamente as suas projeções do futuro e as suas imagens do presente a partir da História usada enquanto recurso argumentativo. Ele parte, necessariamente, dessa concepção sobre a História e desse imaginário histórico específico.

A questão das significações do passado não pode ser dissociada - uma vez que a história não é meramente uma disciplina teórica e está correlacionada intimamente a práticas sociais - do problema que concerne ao o que as pessoas esperam obter desse passado. De acordo com Eric Hobsbawm, durante a maior parte do passado humano, supunha-se que ele tivesse a capacidade de nos dizer como uma sociedade qualquer deveria funcionar. O passado era mesmo o modelo para o presente e para o futuro.

Isso significa que o sentido do passado até o século XVIII - relacionado mesmo com a ideia de que os mais velhos eram sábios não na medida de sua experiência, mas a partir do fato de que eles eram um repositório da memória coletiva sobre o modo como as coisas deveriam ser feitas - direcionava os padrões para o presente.

Curiosamente, esse entendimento que tornava o presente similar ao passado não excluía, de forma alguma, que se pudessem absorver alguns tipos de inovação. Isso pode ser feito na medida em que "o vinho novo pode ser vertido, no que, pelo menos na forma, são velhos recipientes", ou seja, de forma que a "inovação possa ser formulada como não-inovação" (HOBBSAWM, 2005: 24). E isso se manifesta, por exemplo, em uma súbita redescoberta de alguma parte do passado esquecida ou na pregação de um retorno aos tempos do passado (os bons tempos do passado!) quando o modelo do presente se torna insatisfatório ou insuficiente. Nesses casos, a busca por esses passados remotos se identifica à inovação total e o passado evocado pode se tornar um artefato.

É a esse tipo de sentido do passado que Hobsbawm chama de "uso antiquado ou experiencial" da história: "o tipo que Tucídides e Maquiavel teriam reconhecido e praticado" (HOBBSAWM, 2005: 41). Koselleck também se refere a esse tipo de relação do homem com o seu passado - ambos situando-o no período anterior ao século XVIII - em que esse serve como um guia de ação eficaz para o entendimento do presente, na medida em que se tratava, de uma maneira geral, de um tempo entendido como a repetição de um "sempre o mesmo".

A questão se torna potencialmente mais complexa quando o passado e o futuro deixam de ser vistos como tempos semelhantes, quando as ações do presente simplesmente não encontram precedentes ou o passado se torna completamente inadequado para o entendimento das coisas, uma vez que a mudança não é somente inevitável como também desejada. Esse sentimento, para Hobsbawm (2005: 41), de transformações rápidas, radicais e contínuas, era o tipo de sensação própria do final do século XVIII e, especialmente forte, a

partir da segunda metade do século XX.

Isso apresenta uma série de dificuldades uma vez que determinadas inovações também exigem uma legitimação tal como a que pode ser fornecida pelo passado, em um período em que esse parece deixar de poder ser tomado como mestre da vida. Isso se torna especialmente problemático na medida em que “a experiência básica dos últimos dois séculos foi a da mudança constante e contínua, que não pode ser assim considerada, exceto ocasionalmente, à custa de considerável casuísmo, como a aplicação constantemente necessária de princípios permanentes a circunstâncias que sempre mudam de modo um tanto misterioso” (HOBBSAWM, 2005: 30).

Não obstante isso, o passado continua a ser uma ferramenta argumentativa bastante útil para lidar com essa mudança constante, mesmo que os princípios pelos quais ele pode ser entendido tenham se modificado de forma drástica. Essa mudança no sentido do passado é fundamental para entendermos a novidade trazida pela modernidade na forma como experimentamos o tempo.

O passado “se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, a sua própria legitimação, mas com isso ela se ancora em um ‘sentido do passado’ transformado” (HOBBSAWM, 2005: 30). Em outras palavras, o mecanismo de mudança no sentido da História que surge a partir do século XVIII descrito por Koselleck é a nova forma de *uso do passado e legitimação através dele* que se adequa a uma época em que a mudança se torna a regra e que o passado não pode simplesmente ser tomado como análogo ao presente.

Muito embora a teoria da História enquanto progresso e a afirmação de que existem leis na História tenham sido amplamente desacreditadas, elas marcam o início de uma consciência histórica que não se encontra, de modo algum, superada. Isso porque, até para a historiografia mais recente “o que legitima o presente e o explica não é o passado como um conjunto de pontos de referência (por exemplo, a Magna Carta), ou mesmo como duração (por exemplo, a era das instituições parlamentares), mas *o passado como um processo de tornar-se presente*”. Dessa forma, “diante da realidade avassaladora da mudança, até mesmo o pensamento conservador se torna historicista” (HOBBSAWM, 2005: 30).

Com isso, modifica-se também a relação do passado com o futuro, uma vez que a História entendida como singular coletivo possibilita extrapolações mais ou menos sofisticadas que buscam pistas no processo de desenvolvimento dos acontecimentos no passado como forma de tentar delinear o que está por vir.

O que Hobsbawm sugere é o fato de que, indubitavelmente, a História deixou de ser vista como uma escatologia secular – seja através da ideia de um progresso universal interminável, seja como uma força com fins teleológicos (como era concebida nos séculos XVIII e XIX). Não obstante isso, esses processos ainda podem ser tomados como marco de início de nossa atual consciência histórica, na medida em que, até hoje, tomamos como válida a ideia de que podemos “descobrir os padrões e mecanismos de mudança histórica

em geral e, mais particularmente, das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudanças radicalmente aceleradas e abrangentes”. Em lugar de previsões ou esperanças, é isso que é diretamente relevante para a sociedade contemporânea e suas perspectivas (HOBBSAWM, 2005: 43).

É com base nessa ordem de pensamentos que Hobsbawm pode atestar a aporia fundamental de que quanto mais embebidos estamos nos ideais de inovação e de mudança contínua, mais firmemente nos apoiamos na história para descobrir como essas alterações se darão.

Como bem coloca Hobsbawm (2005: 31), “esse procedimento pode ir desde o muito ingênuo – a visão do futuro como um presente maior e melhor, ou um presente maior e pior, tão característica das extrapolações tecnológicas ou antiutopias sociais pessimistas – até o intelectualmente muito complexo e intenso; mas, essencialmente, a história continua a ser a base de ambos”.

Esse sentido que dotamos o passado, no entanto, não exclui outras formas. “Podemos ainda ser obrigados a remontar ao passado, de certo modo análogo ao seu uso tradicional como repositório de precedentes ainda que agora fazendo nossa seleção à luz de modelos ou programas analíticos que nada tem a ver com ele” (HOBBSAWM, 2005: 32). De certa forma, a concepção do passado como uma continuidade coletiva de experiência não é de todo sepultada pela modernidade e, mesmo que esse tipo de conhecimento acumulado tenha perdido muito de sua relevância, a hegemonia da forma de mudança histórica não exclui a persistência, em diversas outras circunstâncias, de outras formas de sentido do passado.

Não se trata da substituição de uma forma por outra, mas sim, do surgimento de uma nova maneira de experiência do tempo a partir do momento em que as mudanças frequentes esgarçam até o ponto de ruptura as similaridades antes tidas como válidas entre presente e passado. O que antes era tido como um modelo de ação atemporalmente válido posto na forma de um repositório de exemplos, passa a ser também a própria expressão e justificação do devir, como uma forma de conferir a legitimidade de um precedente mesmo para coisas que parecem não possuir precedentes concretos.

Dentro dessa perspectiva, podemos entender como a imprensa articula a significação do presente com o decorrido e com o porvir. Ao remeter a esse comum posto pela História, o jornalismo está também conjurado com uma construção temporal que projeta determinadas expectativas em torno do que a história pode nos dizer acerca do presente e do futuro – expectativas estas que ultrapassam o trabalho jornalístico e dizem respeito mesmo aos modos pelos quais o homem imprime sentido ao mundo. Ou, em outras palavras, está articulado a esse papel que a história atua dentro das sociedades – lugar esse que permite ou proíbe determinados pontos de união de sentido.

### Considerações finais: a história e a construção da reportagem

Se o processo *evenemencial* que constitui a notícia diz respeito a um mecanismo a partir do qual o fato bruto passa por um processo de semantização (ou edificação de um lugar de sentidos) a partir do qual há uma recontextualização do evento através da inscrição deste em uma rede de significações temporais, de forma o presente jornalístico está ligado a um *continuum* da ação social, o recurso à história é uma maneira eficiente de se mobilizar esse conjunto de significados já estabelecidos.

A partir dos subsídios teóricos trazidos pelos autores citados, podemos entender que essa semantização temporal pode acontecer de duas formas básicas. Assim como expõe Hobsbawm acerca da sociedade contemporânea, também no jornalismo podemos notar um cruzamento complexo entre as inscrições históricas que dizem respeito a um uso antiquado ou experiencial da História - ou seja, a partir dos quais um conjunto de referências do passado serve como modelos de inscrição que fornecem o molde e o entendimento para os eventos do presente e há a pressuposição de uma similaridade entre os dois tempos – quanto a partir de construções que articulam o presente como um passado em processo de se tornar atual e que se concentra nos possíveis desdobramentos futuros dos acontecimentos através de prognósticos.

Quando as narrativas jornalísticas estabelecem uma relação explícita entre uma crise do passado e um dilema do presente, esse uso experiencial da História funciona como um poderoso articulador de sentidos na medida em que esse jogo de similaridades entre o atual e o decorrido circunscreve não apenas a natureza do problema relatado, como também delimita uma série de julgamentos, como os agentes responsáveis pelo problema, as suas possíveis resoluções e os padrões através dos quais as soluções propostas podem ser normativamente julgadas (EDY, 1999). Mais do que apenas uma construção de similaridades, essas aproximações funcionam como poderosos símbolos e ícones, na medida em que fornecem as direções de entendimento em torno de um fato.

Trata-se de uma problemática que também pode ser estendida para os momentos em que há essa outra construção do tempo, que toma a forma de um passado que está em processo de se tornar presente. E isso porque, em narrativas jornalísticas desse tipo estão circunscritos não apenas os “modos a partir dos quais chegamos até aqui”, mas, de uma maneira mais ampla, há a delimitação de quais aspectos (ou quais partes do passado) seriam relevantes para o entendimento de uma determinada temática. E, em última instância, esses pontos escolhidos são completamente arbitrários e servem apenas a propósitos argumentativos.

Como coloca Hannah Arendt (2007: 123), quando a ocorrência particular deriva a sua inteligibilidade de um todo (fornecido por um modelo de desenrolar dos fatos da história) há um problema fundamental relacionado ao fato de que podemos tomar *qualquer* hipótese e agir sobre ela “com uma sequência de resultados na realidade que não apenas fazem sentido, mas *funcionam*”. É como se estivéssemos brincando com alguma espécie de jogo de

escolha os pontos – pontos estes que serão escolhidos já em função de pré-julgamentos e de ideias a partir das quais se busca convencer. Mais do que isso, pontos que, ao serem colocados em uma ordem, farão sentido e delimitarão os contornos de entendimento em torno do relatado.

E “isso significa, de modo absolutamente literal, que tudo é possível”, na medida em que “qualquer ordem, qualquer necessidade, qualquer sentido que se queira impor fará sentido. Essa é a mais clara demonstração possível de que, sob essas condições, não há necessidade, nem sentido” absoluto (ARENDDT, 2007: 125).

Esse jogo de ligar os pontos, em grande medida utilizado nas narrativas jornalísticas enquanto recurso argumentativo, é, no entanto, sempre perigoso, uma vez que, ao buscar no passado as pistas para delinear o futuro e enquadrar o presente, o jornalismo se mostra comprometido com uma concepção de história que a toma como instância julgadora capaz de medir consequências e antecipar o porvir.

Como bem coloca Ricoeur (2007: 330), há mesmo uma vontade imaginária social de que a história ocupe o mesmo lugar de um juiz, no sentido de preencher a posição de um terceiro “em relação aos lugares ocupados no espaço público pelos protagonistas da ação social”, como se esta pudesse ser posta fora de todo ponto de vista. Como coloca Bloch (2001), existem dois modelos que podem ser tomados como ocupantes de um lugar de terceiro, cujas figuras exemplares são a do cientista e a do juiz, de forma que ambos estão comprometidos com uma forma de ver a realidade através de um julgamento imparcial. Elas se diferenciam, no entanto, pelo fato de que, ao passo em que o cientista se contenta com a observação e a explicação, ao juiz ainda cabe uma tarefa a mais: a declaração da sentença.

Tanto Bloch quanto Ricoeur concordam entre si de que muitas vezes a história foi posta como mais ligada a essa figura do juiz do que com a do cientista. As expectativas sociais coordenadas em torno do que o passado pode dizer sobre a sociedade contemporânea a colocam nesse lugar de forma que ela funciona mesmo como ligada às normatividades. Também parece ser esse o lugar que os dados históricos ocupam dentro da narrativa das revistas semanais e que delimitam o modo como eles funcionam como um dos elementos de semantização do acontecimento jornalístico.

“O juiz deve julgar – é a sua função. Ele deve concluir. Ele deve decidir. Ele deve instaurar uma justa distância entre o culpado e a vítima, segundo uma tipologia imperiosamente binária” (RICOUER, 2007: 335).

O uso que o jornalismo faz da história é uma das projeções sociais desse mecanismo mais geral. O futuro é um dos tempos básicos da semantização dos fatos na imprensa interpretativa e, paradoxalmente, na maior parte das vezes, é a história que fornece os conteúdos para que essas projeções possam ser delineadas. É esse jogo de escolha os pontos que muitas vezes articulam os prognósticos possíveis e, por conseguinte, estabelece um julgamento em torno das soluções propostas.

### Referência bibliográficas

ANTUNES, Elton e VAZ, Paulo Bernardo. “Mídia: um aro, um halo e um elo”. In GUIMARÃES, César e FRANÇA, Vera (org.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

EDY, Jill. “Journalistic Uses of Collective Memory”. *Journal of Communication*, volume 49, número 2, 1999, p. 71-85.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica*. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2003.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A Fabricação do Presente: como o jornalismo reformulou na experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristovão: Editora da UFS, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUXFORD, John. *It's the end of the world as we know it: journalism and the prediction of catastrophe*. Tese de doutorado apresentada à Universidade da Pensilvânia, 2004.

JASMIN, Marcelo. “Apresentação”. In KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2004.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



42 | **Descrever o Passado para Prever o Futuro: sobre os usos da história no jornalismo para o delineamento de prognósticos**

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. Cambridge: Sever and Francis, 1863.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

VEJA. “O PDS quer um PMDB”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 08/09/1984, p.20-25.

VEJA. “Cresce a solidão do presidente”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 05/04/2006, p.64-67.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.